

MANUSCRITOS PARANAENSES DOS SÉCULOS XVIII E XIX:
ORGANIZAÇÃO DE *CORPORA*

PARANÁ'S HANDWRITINGS FROM THE XVIII AND XIX CENTURIES :
ORGANIZATION OF THE *CORPORA*

Celciane Alves VASCONCELOS (Universidade Estadual de Londrina)

ABSTRACT: *This article has for purpose to analyze official documents of the state of Paraná, particularly the ones from Paranaguá Council, between XVIII and XIX centuries. The objective is to recover, historically and culturally, the man and his language, emphasizing mainly Paraná's seaside region where the first Europeans entered.*

KEYWORDS: *Portuguese filology; Portuguese language; social history; handwritings; edition.*

0. Introdução

*“A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás;
mas só pode ser vivida olhando-se para frente”.*
Sören Kierkegard

Este trabalho integra-se ao sub-projeto *Para uma História do Português Paranaense: nas veredas do Atlas Lingüístico do Paraná*, que deriva por sua vez, do projeto interinstitucional *Para a história do Português brasileiro* e tem como meta colaborar na escritura da história do português paranaense e brasileiro.

Caminhando para a realização desse objetivo, a presente pesquisa irá abordar de forma sucinta como se fará a constituição dos *corpora* escritos dos 737 fólios manuscritos relativos à história de vários municípios do Paraná fundados nos séculos XVIII e XIX, mais especificamente da Câmara de Paranaguá, por se tratar da porta de entrada dos primeiros paulistas em território paranaense. A posse desses manuscritos só foi possível devido ao sistema de digitalização em CD rom oferecido pelo Arquivo do Estado de São Paulo, onde se encontram os originais. Esses manuscritos são documentos de diversos punhos, mas têm em comum o fato de serem dirigidos a autoridades constituídas de suas épocas. Eles estão sendo lidos e transcritos, mas a preocupação maior, é torná-los uma fonte segura para posteriores análises e elaboração de um glossário específico. Para tal realização, elegeu-se como norma a confecção de uma edição semi-diplomática, que tem como escopo o preenchimento de lacunas e uniformização de grafias, que contribuirá assim, para a eliminação de certo grau de dificuldades de leitura por partes dos pesquisadores. Contudo, observa-se que muitos desses textos exigem uma pesquisa árdua e, no caso dos mais antigos, a aplicação de rigorosos critérios de transcrição.

1. Abordagem teórico-metodológica

A transcrição de textos antigos exige atenção especial, principalmente quando se destinam a estudos de caráter lingüístico filológico. Para isso, é necessário um refinado tratamento de certos aspectos desses textos que, para estudos de outra natureza, poderiam estar em segundo plano. Somente uma transcrição extremamente fidedigna e cuidadosa pode deixar transparente todos os traços lingüísticos possíveis de serem analisados nos originais manuscritos. Dessa forma, tanto o êxito do trabalho quanto a solidez dos resultados certamente estão condicionados à qualidade da edição dos textos que estão na base desse estudo lingüístico. Em verdade, é a natureza dos textos e sobretudo a finalidade da edição que, de certa forma, determinam os métodos e normas de transcrição.

É necessário salientar que, em linhas gerais, constituíram um excelente ponto de partida, na elaboração das normas adotadas para este nosso trabalho, as regras de transcrição indicadas por MAIA (1986), que, por sua vez, baseou-se em manuais de paleografia ou propostas por autores ou instituições

científicas. Aqui também utilizou-se das normas eleitas para o projeto “Para a História do Português Brasileiro”, apresentadas e discutidas durante o segundo seminário, realizado em Campos do Jordão, no período de 10 a 16 de maio de 1998, pela comissão de pesquisadores composta por Heitor Megale (USP), César Nardelli Cambraia (USP), Gilvan Muller de Oliveira (UFSC), Marcelo Módolo (mestrando-USP), Permínio Ferreira (UFBA), Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP), Tânia Lobo (UFBA) e Valdemir Klamt (UFSC).

Dessa forma, decidiu-se então pela reprodução justalinear, acompanhada do fac-símile, chamada conservadora ou semi-diplomática ou ainda diplomático-interpretativa, que se encontra no primeiro volume da Série Diachronica, *A Carta de Pero Vaz de Caminha* (2001) e implica nos seguintes critérios.

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas nas abreviaturas, obedecendo aos seguintes critérios:
 - a. respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência "munto", que leva a abreviatura "m.^{to}" a ser transcrita "munto";
 - b. no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será a forma atual ou a mais próxima da atual, como no caso de ocorrências "Deos" e "Deus", que levam a abreviatura "D.^s" a ser transcrita "Deus".
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver.
Exemplos: "epor ser" ; "aellas"; "daPiedade"; "ominino"; "dosertaõ", "mostrandoselhe"; "achandose"; "sesegue".
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado [espaço]. Exemplo: "que podem perjudicar [espaço] Osdias passam eninguem comparece".
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: "aRepublica"; docomercio ; "edemarcando tambem lugar" ; "Rey D. Jose" ; oRio Pirahý ; "oexercicio; "que hé *munto* conveniente".
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: "nota 1. Pirassocunda por Pirassonunga; "nota 2. deligoncia por deligencia"; "nota 3. adverdinto por advertindo".
8. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entrarão na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa depedro nolargo damatriz>.
9. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: todos ~~ninguem~~ dospresentes assignaron"; "sahiram ~~sahiram~~ aspressas para oadro". No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: "fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdireção opaço".
10. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento informando-se a localização.
11. Intervenções do editor não de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: "não deixe passar neste [registro] de Areas".
12. Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].
13. Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas + 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
14. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na seqüência de duas barras verticais: || 1v. || 2r. || 2v. || 3r. ||.

15. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
16. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].

2. Edição semi-diplomática

Como exemplo de edição semi-diplomática, segue-se abaixo a transcrição do fôlio referente ao documento da Câmara de Paranaguá datado em 31 de outubro de 1812. A cópia do manuscrito original encontra-se em anexo:

|| Fól. 1r. ||

*Illustríssimo e Excelentíssimo Sehnor Marques de Alegrete*¹

Recebemos a Res
peitavel Ordem de Vossa² Excelencia datada
de vinte dois de Agosto do presente anno com
5 a insinuação de como nos devemos reger ha
vendo pessoas que nos aprezenste Despacho
de Vossa Excelencia com requerimento para
sismaria, esta Ordem fica Registada
eincluza vai a Certidão por onde assim
10 semostra, eficamos nainteligencia denão
discrepar noque Vossa Excelencia nosde
tremina. Deos guarde a Vossa Excelencia
muitos annos Paranaqua em Camara
de 31 de Outubro de 1812.

15 De Vossa Excelencia
Humildes Subditos
Joaõ [incompreensível]³
Manuel Amaro de Miranda
Manuel de Araujo Franca
20 Antonio Vieira dos Santos

3. Considerações Finais

Portanto, é de suma importância que a edição de manuscritos siga um rigor científico, caso contrário, muitas dessas edições transcritas aleatoriamente, representam uma perda incalculável para a Filologia e conseqüentemente, para o resgate histórico-social da Língua Portuguesa referentes aos tempos remotos. Esta preocupação pode ser corroborada por MELO, quando diz

O filólogo deve receber formação metódica, que lhe permita caminhar sem tropeços pelos caminhos de sua disciplina. Ele há de ser pacientemente iniciado no método da ciência, há de ter o espírito afeito à observação dos fatos, há de aprender a separar o joio do trigo.

¹ Este documento ocupa metade do fôlio, à direita do leitor, no canto esquerdo superior. Entre o vocativo e o início do texto, ficam em branco aproximadamente umas 10 linhas.

² Na linhas 3, 6, 7, 9, 11 e 12 o primeiro *s* das palavras *Vossa*, *pessoa* e *assim* é grafado longo.

³ Na altura das linhas 17 a 19, há um carimbo circular do Departamento do Arquivo do Estado – S. Paulo, que se encontra à direita do leitor, no canto inferior do fôlio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça, *et alli*. Filologia Bandeirante. *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, v.1, n 1, p. 79-94, fev., 1997.
- CUNHA, Antônio Geraldo da Cunha; CAMBRAIA, César Nardelli; MEGALE, Heitor. *A Carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear*. Série Diachronia, 2. ed. v. 1, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português*. Lisboa: FCG © JNICT, 1986.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia.(Org.) *Para a história do português brasileiro*. v. 2, Tomo II, p. 553-555. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP / FAPESP, 2001.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*. 5. ed. rev. melhorada. Rio de Janeiro: Liv. Acadêmica, 1975.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil (Manuscritos do Século XVIII)*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2000.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix / Ed. USP, 1977.